

Marco histórico

Comarcas de Minas, livro que a Memória do Judiciário (Mejud) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) lança neste mês, nasce como um marco histórico no estudo da estrutura do Judiciário mineiro. Resultado de mais de seis anos de pesquisa, a obra, em três volumes e com mais de 1.700 páginas, aborda o processo de formação territorial do Estado de Minas Gerais, sob o prisma da divisão judiciária mineira e em paralelo com o conjunto de mudanças sucessivas, em sua divisão eclesiástica e administrativa. Pelas páginas do livro, corre um sopro da alma das Minas Gerais.

Páginas 4 e 5

Publicação da Secretaria do Tribunal
de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH – JUNHO – 2016
ANO 22 – NÚMERO 216



Minas e suas comarcas

Uma obra que apresenta a formação do território mineiro, com informações sobre todo o processo de formação e evolução de sua divisão judiciária, paralelamente ao conjunto de mudanças sucessivas em sua divisão eclesiástica e administrativa – é o que oferece o livro *Comarcas de Minas*, que será lançado neste mês, como resultado de um trabalho de mais de seis anos de pesquisa da Memória do Judiciário Mineiro (Mejud) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

Comarcas de Minas, tema da matéria de capa desta edição, é um livro que já nasce como um marco histórico. Com 1.700 páginas, divididas em três volumes que se dedicam a preservar a história das 296 comarcas mineiras, a obra apresenta importante parte da história do Judiciário mineiro.

O presidente do TJMG, desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes, é o entrevistado desta edição. Mais jovem magistrado a assumir o comando do Poder Judiciário mineiro, em toda a história da instituição, o desembargador tomou posse como presidente do TJMG, para o biênio 2014/2016, em 1º de julho de 2014. Na

entrevista, ele faz um breve balanço desses dois anos na Presidência da Casa.

Veja também, nesta edição, matéria sobre a mudança da Presidência do TJMG para a Nova Sede da instituição, localizada na avenida Afonso Pena, 4.001, bairro Serra. A mudança marca o início da concretização de uma antiga aspiração do Tribunal mineiro de unificar fisicamente a Justiça de Segunda Instância.

Este número traz ainda matéria sobre iniciativa de plantio de mudas de árvore, em cada uma das 29 comarcas de entrância especial, onde o Processo Judicial eletrônico (PJe) foi implantado. A comarca de Belo Horizonte será a primeira a ser contemplada com o projeto: o presidente Pedro Bitencourt Marcondes irá plantar a muda, nos jardins do Fórum Lafayette, na capital.

Na página 8, leia resenha do filme *Nunca te vi, sempre te amei*, dirigido por David Hugh Jones, que será exibido em junho no Cineclube TJ. A sessão acontece no dia 23, às 19h, no auditório do anexo 2 da Unidade Goiás (rua Goiás, 253). Na mesma página, confira a coluna Clique do Leitor.

PJe Expansão 2016

Experiência em Minas

As fases de planejamento, preparação e implantação do processo eletrônico, no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), foram apresentadas na Reunião de Trabalho do Comitê Gestor da Justiça dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios do PJe, realizado em Curitiba, no último mês de maio.

Presente ao encontro, o superintendente administrativo adjunto do TJMG, desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Júnior, contou que o Tribunal de Justiça, como detentor do maior número de processos distribuídos no PJe, teve a oportunidade de apresentar sua experiência na implantação do sistema, bem como demonstrar a preocupação do órgão com a necessária realização de investimentos na sustentabilidade do processo eletrônico.

Trabalho Solidário Remoto

Com o objetivo de reduzir os gargalos existentes nas unidades judiciárias que utilizam o processo eletrônico, o TJMG implanta o projeto-piloto Trabalho Solidário Remoto (TSR). Com previsão de duração de seis meses, o projeto propõe a designação de dois servidores de cinco comarcas – Belo Vale, Bonfim, Ferros, Iguatama e Martinho Campos, que apresentem menor distribuição e baixo acervo –, para cooperarem remotamente com duas varas com alta distribuição e elevados acervos e produtividade em Belo Horizonte (9ª Vara Cível e 2ª Vara de Fazenda Pública e Autarquias).

Citação eletrônica

No último 16 de maio, o projeto experimental de citação eletrônica foi implantado, nas 1ª, 2ª e 3ª varas municipais da comarca de Belo Horizonte, em relação aos processos que têm tramitação no PJe. Nesta primeira fase do projeto, as citações serão encaminhadas eletronicamente apenas para o município de Belo Horizonte. A Corregedoria Geral de Justiça irá avaliar o funcionamento e a efetividade da funcionalidade da citação eletrônica para posterior expansão.

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Presidente:

Desembargador Pedro Bitencourt Marcondes

1º Vice-Presidente:

Desembargador Fernando Caldeira Brant

2º Vice-Presidente:

Desembargador Kildare Carvalho

3º Vice-Presidente:

Desembargador Wander Marotta

Corregedor-Geral:

Desembargador Antônio Sérvulo

Ouvidor

Desembargador Moacyr Lobato

Expediente

Assessora de Comunicação

Institucional:

Leticia Lima

Gerente de Imprensa:

Daniela Lima

Coordenador de Imprensa:

Raul Machado

Editores:

Daniele Hostalácio e Lucas Loyola

Revisor:

Waldir Barcelos

Design Gráfico:

Narla Prudêncio

Fotolito e Impressão:

Globalprint Editora Gráfica Ltda

Ascom TJMG:

Rua Goiás, 253 – Térreo – Centro,

Belo Horizonte/MG

CEP 30190-030

Tel.: (31) 3237-6551

Fax: (31) 3226-2715

E-mail: imprensa@tjmg.jus.br

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

(31) 3299-4622

Ascom Fórum BH:

(31) 3330-2123

Tiragem:

3 mil exemplares

Portal TJMG:

www.tjmg.jus.br

Justiça de Segunda Instância tem novo endereço

Vanderleia Rosa

A antiga aspiração do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) de unificar fisicamente a Justiça de Segunda Instância está se concretizando. Isso porque, a partir deste mês de junho, a Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) será instalada na Nova Sede da instituição, localizada na avenida Afonso Pena, 4.001, bairro Serra. A mudança contemplará também a Primeira, a Segunda e a Terceira Vice-Presidência, os gabinetes e as assessorias dos desembargadores instalados no anexo II da Unidade Goiás.

Para o presidente do TJMG, desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes, a unificação da Segunda Instância é sonho antigo que se torna realidade: “O aumento da demanda processual deu ensejo ao crescimento da estrutura física do Tribunal, que, desde a extinção do antigo Tribunal de Alçada, conta com os órgãos julgadores funcionando em dois prédios na capital. Além disso, os setores administrativos ocupam outras edificações.” Segundo o presidente, ganham com a iniciativa a administração, que se torna mais ágil e menos onerosa, e a própria prestação jurisdicional. “A economia com a locação, a manutenção de imóveis e os deslocamentos entre os prédios reverterá na qualidade dos serviços, em benefício da população”, ressalta.

A reforma geral do prédio para instalação do Edifício Sede do TJMG iniciou-se em setembro de 2015, sendo dividida em três etapas. A primeira foi concluída no final de maio de 2016, o que garantirá a mudança dos desembargadores instalados no Anexo II (Unidade Goiás) para os pavimentos reformados, localizados nos 9º, 10º e 11º andares. A segunda etapa deverá ser concluída em agosto de 2017, quando serão transferidos os demais desembargadores e áreas afins. Já a terceira fase refere-se à ampliação da área construída, o que envolverá a aprovação e a construção de novas edificações nos terrenos adjacentes.

Para o superintendente de Obras, desembargador Cássio de Souza Salomé, essa reforma constitui a maior obra realizada pelo Tribunal de Justiça de Minas ao longo de sua história. O magistrado destacou o esforço e o comprometimento das equipes do TJ, na entrega da primeira fase da obra na data prevista, permitindo a mudança desses setores ainda nesta gestão. Informou ainda que, em agosto de 2017, toda a atividade judicial de Segunda Instância da Unidade Raja estará instalada na Nova Sede.

Histórico jurídico

O edifício da Nova Sede foi declarado de utilidade pública em novembro de 2012, por meio de decreto estadual, para desapropriação de pleno domínio. Em dezembro de 2013, o TJMG é imitido na posse do imóvel, por meio de mandado expedido pela 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual, em ação de desapropriação. Inicia-se embate na Justiça Federal, no qual a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) defendia a devolução do imóvel à União, quando terminasse a concessão do serviço de telefonia fixa à Telemar Norte Leste S.A. Em fevereiro de 2016, decisão do juiz da 3ª Vara Federal de Belo Horizonte, Ricardo Machado Rabelo, válida, em Primeira Instância, a transferência do imóvel ao TJ. No entendimento do magistrado, o imóvel não é um bem reversível à União.



■ Nova Sede, localizada na avenida Afonso Pena, 4.001, abrigará a Justiça de Segunda Instância

Lúcio Urbano Silva Martins
Rosane Vianna Soares

Comarcas de Minas

1711
2014



Livro *Comarcas de Minas*: marco histórico no estudo da estrutura do Judiciário mineiro

Daniele Hostalácio

“Inconfidente, brasileira, paulista, emboaba, lírica e sábia, lendária, épica, mágica, diamantina, aurífera, ferrífera, ferrosa, férrica, balneária, hidromineral (...), cafeeira, agrária, barroca, luzia, árcaica, alpestre, rupestre, campestre, de el-rei, das minas, do ouro das minas, (...) arcaica, mítica, enigmática, (...), paroquial, marília e heliodora, de pedra-sabão, de hematita compacta, da sabedoria, de Borba Gato, Minas joãozinha, Minas plural, dos horizontes, de terra antiga, das lapas e cavernas...”

Esse é um fragmento de texto que o escritor mineiro Guimarães Rosa, que soube como poucos falar de nosso estado e da gente que aqui se forjou, escreveu para a revista *O Cruzeiro*, em 1957. O texto, em seu conjunto, é uma ode a Minas Gerais e à mineiridade, e nele o escritor enumera, em uma lista vertiginosa, as várias faces de Minas.

Nosso Estado é, de fato, múltiplo, destacando-se por sua grandeza histórica, territorial e cultural. Por consequência, é variada e rica também a história da Justiça por essas plagas. É uma porção dessa pluralidade, com o recorte da Justiça, que se apresenta na obra *Comarcas de Minas*. Com a ambição de falar sobre a estrutura do judiciário mineiro, o livro será lançado neste mês e é resultado de um trabalho hercúleo da Memória do Judiciário Mineiro (Mejud) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). O lançamento acontece no dia 6, às 17h, no auditório do anexo 1 da Unidade Goiás, na capital.

Comarcas de Minas já nasce como um marco histórico. Nela é apresentada a formação do território do estado, com informações sobre todo o processo de formação e evolução de sua divisão judiciária, paralelamente ao conjunto de mudanças sucessivas em sua divisão eclesiástica e administrativa.

Narrativas históricas

A publicação, produzida com acabamento de alta qualidade, inclui a relação de todas as comarcas mineiras, um breve histórico com sua data de criação, supressão, restauração e várias denominações, bem como a classificação quanto à entrada e leis de referência, de forma cronológica, de 1711 a 2014. É importante parte da história do Judiciário mineiro que se desenrola ao longo das cerca de 1.700 páginas, resultado de mais de seis anos de pesquisa da Mejud, quando se iniciou a coletânea da documentação e da legislação pertinente à divisão e à organização judiciárias.

Comarcas de Minas, que é fruto de parceria do Tribunal mineiro com a Imprensa Oficial de Minas Gerais, apresenta ainda a relação de juizes de direito que passaram pelas comarcas e quadros analíticos da organização administrativa e judiciária. São três volumes, dedicados a preservar a história das 296 comarcas de Minas. A tiragem é de 2 mil exemplares.

O desembargador Lúcio Urbano, superintendente da Mejud, conta que em 2012 teve o ensejo de lançar a obra *Síntese*

Histórica do Tribunal de Justiça. “A partir daí, veio-me a ideia de contar a história das 296 comarcas mineiras, lançando-me ao trabalho de pesquisa, para cuja tarefa contei com efetiva e indispensável colaboração dos qualificados servidores da Mejud, vindo agora a lume a obra *Comarcas de Minas*, na qual são narradas as histórias delas, bem como capítulo especial em que se alinham os desembargadores e suas respectivas ‘terras de nascimento’.”

Na introdução da obra, destaca-se que Minas Gerais, pelo seu inegável potencial cultural, “oferece instigante panorama do processo de construção da memória, tanto no cenário nacional quanto no contexto do Poder Judiciário Mineiro”. A servidora da Mejud Rosane Vianna Soares, que assina o livro, juntamente com o desembargador, resume: “A obra aborda o processo de formação territorial do Estado de Minas Gerais sob o prisma da divisão judiciária mineira.”

Conhecimento do passado

Para a elaboração do livro, foi usada como referência a obra *Comarcas e termos: criações, supressões, restaurações, incorporações e desmembramentos de comarcas e termos, em Minas Gerais (1709-1915)*, de Feu de Carvalho, ex-diretor do Arquivo Público Mineiro (APM). Essa obra tem como conteúdo a divisão judiciária mineira do século XVIII (ano de 1711) às primeiras décadas do século XX (ano de 1915), como também informações sobre a legislação concernente à formação administrativa do Estado de Minas Gerais desse período.

“A memória ensina o conhecimento do passado, possibilita o aplauso pelo sublime que aconteceu, revela o erro e abre espaço para evitá-lo. A história não é quadro na parede, mas fonte viva e límpida que orienta o futuro. Sem a história, o Coliseu ou Colosso de Rodes teriam sido consumidos pela bruma densa do tempo. É meritória a lembrança dos fatos que teceram o passado, aproximações, antagonismos, afeições, atos, acontecimentos, vitórias e derrotas, exemplos, tudo o que impulsionou e construiu”, destaca o superintendente da Mejud, no prefácio da obra. Pelas páginas do livro, corre um sopro da alma de nosso estado.



A obra aborda o processo de formação territorial do Estado de Minas Gerais sob o prisma da divisão judiciária mineira



Foco no planejamento estratégico

Letícia Lima

No início de sua gestão, o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Pedro Bitencourt Marcondes, apresentou um plano para o biênio 2014-2016, dando ênfase ao Planejamento Estratégico, à priorização do Processo Judicial eletrônico (PJe), ao plano de pessoal e à gestão de comarcas. Ao final do mandato, faz uma análise desses dois últimos anos à frente da direção do TJMG.

TJMG Informativo – Como o senhor avalia a gestão que em breve se encerra?

Nesses dois anos, eu cumpri os meus objetivos, levando a sério o Planejamento Estratégico (PE), conscientizando e propagando a necessidade de a instituição, os magistrados e os servidores conhecê-lo, e fazendo com que o orçamento fosse elaborado em consonância com o PE, para dar cumprimento e exequibilidade a ele. O que eu podia fazer, em um curto espaço de dois anos, em uma instituição tão grande como esta, em que ainda há a necessidade de se fazerem mudanças na parte de gestão, acho que dei o pontapé inicial. Algumas ações e alguns projetos foram realizados. Outros estão em andamento. Podemos pensar que estão em fase de experimentação o teletrabalho e o trabalho solidário remoto, que são formas de realocação de pessoal, sem custo e sem impactar negativamente o servidor, porque, do local onde ele reside, ou do local onde está exercendo as suas atividades, pode realizar o trabalho para outro local, sem se deslocar. Ele ganha em qualidade de vida. Outros exemplos: a desjudicialização das execuções e as alterações nos fluxos de trabalho em várias áreas. O PJe foi uma meta cumprida integralmente. Hoje, temos o PJe em 29 comarcas e isso representa 55% do volume de processos que dão entrada na Justiça Mineira. Isso tudo faz parte de uma gestão que está voltada à excelência, voltada para otimizar o trabalho, a ser mais econômica e eficiente.

Teve algum arrependimento nesse período?

Arrependimento, não. Retrocedi quando reconheci algum erro. Acho que isso não é arrependimento. Na realidade é um reconhecimento de um erro que foi consertado adiante. Acho que todo gestor deve

ter isso em mente. Nós não acertamos todas as vezes. O mais importante é ter a humildade de reconhecer o seu erro e retroceder. Isso ocorreu. Afinal de contas, sou um ser humano.

”

O PJe foi uma meta cumprida integralmente. Hoje, temos o PJe em 29 comarcas e isso representa 55% do volume de processos que dão entrada na Justiça Mineira

“

Qual o maior desafio enfrentado?

A luta de classes que se iniciou, em determinado momento, como se magistrados e servidores fossem inimigos. Tanto uma classe quanto a outra exercem uma atividade jurisdicional. O magistrado tem a finalidade de dizer o direito, de pacificar socialmente as pessoas que estão em conflito; os servidores também são essenciais e necessários, pois

servem à atividade fim. Mas as carreiras são diferentes. Portanto, o tratamento jurídico é diferente. Isso não significa que tenhamos que ser inimigos, nem fomentar a discórdia entre as duas categorias.

Por que não foi possível a unificação das carreiras de servidores?

Há um projeto que está em andamento. É demorado, há uma série de nomenclaturas de cargos que precisam ser verificadas, mas o maior diferencial que precisava ser feito era alterar as atribuições dos servidores de Primeira Instância, principalmente para melhor servir à atividade fim. Isso foi feito. Adaptamos as atribuições às novas necessidades do PJe, fizemos de uma forma ampla, de modo a não trazer nenhum prejuízo ou desvio de função.

Que mensagem deixa a magistrados e servidores?

Que um sonho pode se tornar realidade, desde que você trabalhe para isso, com dedicação e acreditando que pode fazer a diferença.

Em uma frase, como foi o exercício da Presidência?

Um período muito intenso; espinhoso, mas prazeroso.



Presidente Pedro Bitencourt: "Um sonho pode se tornar realidade, desde que você trabalhe para isso, com dedicação e acreditando que pode fazer a diferença"

Marcelo Albert

Plantio de árvores em 29 comarcas simboliza expansão do PJe

Soraia Costa

No dia 21 de junho, às 9h, terá início o plantio de árvores para marcar um novo tempo no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Até o final do ano, todas as 29 comarcas de entrância especial, onde o Processo Judicial eletrônico (PJe) foi implantado, terão recebido uma muda de árvore que crescerá e florescerá futuramente, simbolizando a adesão das comarcas para a expansão do PJe, além da preservação das plantas com a economia de papel proporcionada pelo meio eletrônico. A primeira muda será plantada pelo presidente do TJMG, desembarga-

dor Pedro Bitencourt, nos jardins do Fórum Lafayette, na avenida Augusto de Lima, 1.549, Barro Preto, em Belo Horizonte.

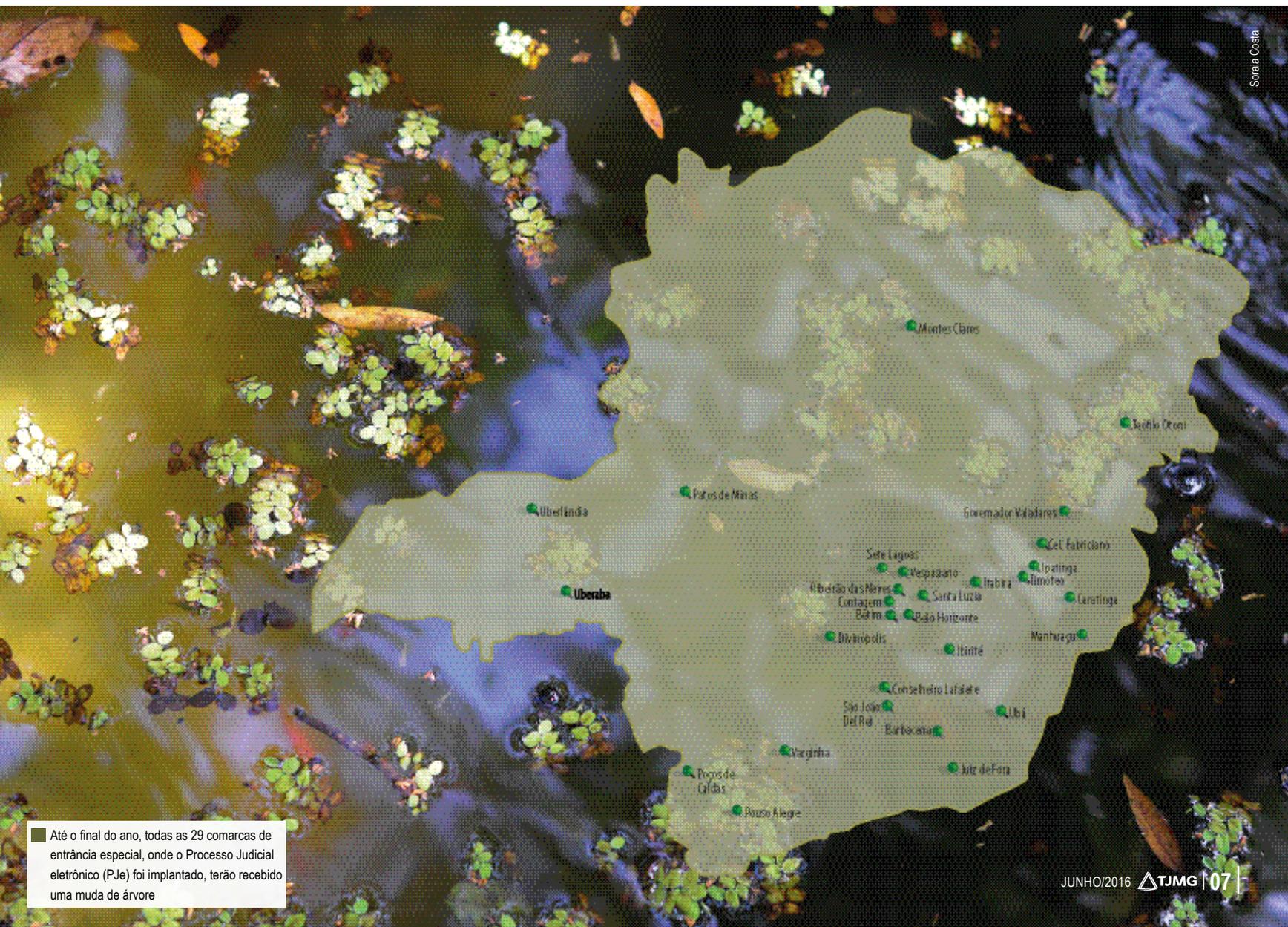
O TJMG firmou uma parceria com o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF/MG), para doação das mudas a serem plantadas, que devem florescer dentro de cinco a seis anos e atingir a idade adulta em uma década. Ipê-rosa, ipê-roxo, ipê-branco, quaresmeira, jacarandá-mimoso, cedro, cutieira e tambu: “As plantas foram escolhidas pela beleza de sua florescência, levando em consideração a questão ambiental e

paisagística. Elas são do bioma cerrado e mata-atlântica que ocorrem em Minas Gerais para que possam se adaptar bem ao local onde forem plantadas”, afirma o analista ambiental do IEF, engenheiro florestal Fernando Eduardo Lopes.

As mudas são provenientes dos viveiros do IEF da região metropolitana e do interior. Os analistas ambientais da instituição irão orientar os funcionários das comarcas para o plantio e o cuidado com o crescimento das plantas, como a utilização de adubo orgânico, para que elas tenham um desenvolvimento sadio.

Comarcas que atuam com o PJe na área cível

São as seguintes as comarcas que atuam com o PJe na área cível: Barbacena, Belo Horizonte, Betim, Caratinga, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Coronel Fabriciano, Divinópolis, Governador Valadares, Ibirité, Ipatinga, Itabira, Juiz de Fora, Manhuaçu, Montes Claros, Patos de Minas, Pouso Alegre, Poços de Caldas, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Sete Lagoas, São João Del Rei, Teófilo Otoni, Timóteo, Uberaba, Uberlândia, Ubá, Varginha, Vespasiano.



Soraia Costa

■ Até o final do ano, todas as 29 comarcas de entrância especial, onde o Processo Judicial eletrônico (PJe) foi implantado, terão recebido uma muda de árvore



O filme *Nunca te vi, sempre te amei*, dirigido por David Hugh Jones, será exibido em junho no Cineclube TJ, projeto que une a exibição e o debate de obras clássicas do cinema. A sessão acontece no dia 23, às 19h, no auditório do anexo 2 da Unidade Goiás (Rua Goiás, 253). Confira, abaixo, resenha do filme.

Nunca te vi, sempre te amei

Desembargador Osvaldo Oliveira Araújo Firmo

O número 84 da *Charing Cross Road* não existe mais. Perpetuou-se, desde 1970, pelo livro homônimo do endereço londrino, tornado filme por Mel Brooks, em 1987. A obra é de autoria de Helene Hanff (Anne Bancroft), escritora norte-americana avançada, que, por duas décadas, a partir de 1949, manteve intensa correspondência com a Marks & Co., livraria antiquário londrina da 84, *Charing Cross Road*, cujo gerente era Frank Doel (Anthony Hopkins), típico fleumático inglês.

Da formalidade comercial, a correspondência adquiriu personalidade, desde as passionais encomendas de Helene até as atentas satisfações de Franc, contaminando toda a minúscula comunidade de funcionários da Marks & Co. Mais tarde, a livraria encerra suas atividades e cada personagem toma o rumo próprio de suas vidas. Mas essa história vai muito além da morte de Franc (1969), o que se revela mais tarde no encontro de Helene com o passado das entrelinhas de sua correspondência, já na Londres que décadas depois pode conhecer. Sem abraços ou beijos, certamente é uma história de amor... aos livros.

CLIQUE DO LEITOR



A segunda maior ilha europeia (depois da Grã-Bretanha) foi descoberta por navegadores escandinavos no século IX. A Islândia e as pequenas ilhas que a circulam brotaram do mar, por força de poderosos vulcões ainda bastante ativos. Seu nome significa “terra do gelo” por abrigar a maior geleira da Europa e por ter 15% do seu território sempre coberto por neve. Vulcões, geleiras, piscinas naturais de água quente, gêiseres, cavernas, lagos, cascatas, praias de areia preta vulcânica... certamente é uma das paisagens mais exóticas e deslumbrantes do planeta. O vale florido da foto é uma exceção na paisagem quase sempre desértica. Viaja-se por horas sem avistar uma única árvore. Geologicamente, a Islândia é uma das regiões mais jovens do nosso planeta. É o futuro ainda em construção.

Ary Macedo Junior, servidor na Gerência de Saúde (Gersa) Unidade Raja

Caso queira participar da coluna Clique do Leitor, envie uma foto de sua autoria, acompanhada de um texto de até dez linhas sobre a imagem, para imprensa@tjmg.jus.br. Preencha o assunto com “Clique do Leitor”. As melhores fotos serão publicadas neste espaço.